

Diogo Ferreira Netto

Universidade Federal Fluminense – Programa de Pós-Graduação em Relações

Internacionais: Estudante de Mestrado

Endereço virtual: diogo_fer@ig.com.br

Tema geral: Políticas de Defesa e Segurança Internacional

**A importância da cultura como vetor da defesa nacional: Brasil e Estados Unidos
numa perspectiva comparada nos séculos XX e XXI**

Niterói

2007.2

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da dimensão cultural, nos âmbitos interno e externo do Estado, para as políticas de defesa nacional dos Estados Unidos e do Brasil de uma perspectiva comparada. Para tanto o trabalho analisará os conceitos e objetivos estratégicos do Departamento de Defesa norte-americano no que diz respeito à defesa nacional, cultura, informação e educação em suas interações mútuas, bem como fornecerá uma visão histórica de como empregou tais concepções para atingir seus objetivos de política externa em relação ao Brasil em três momentos-chave: a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e o pós-Guerra Fria. Em seguida o trabalho abordará com o mesmo enfoque o planejamento brasileiro nos três períodos apontados. Com isso se estabelecerão comparações entre os dois e serão discutidas as relações Brasil-Estados Unidos e do Estado para com a cultura e a educação.

Sumário

Introdução.....	4
Parte 1 – Estados Unidos e seu DOD: as relações entre cultura e defesa e a atuação no Brasil.....	5
1.1 - A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)	5
1.2 – A Guerra Fria (1945-1989)	6
1.3 – O pós-Guerra Fria (1989-atualidade)	7
Parte 2 – Defesa e Cultura no Brasil	8
2.1 – O Estado Novo (1937-1945)	8
2.2 – O Regime Militar (1964-1985)	9
2.3 – Democracia (1985-atualidade)	10
Parte 3 – As Forças Armadas, o <i>soft power</i> brasileiro e a educação nacional	11
3.1 – Os interesses brasileiros e norte-americanos em perspectiva.....	11
3.2 – Conclusões e desafios.....	13
Bibliografia	15

Introdução

A Defesa Nacional e a Segurança Nacional de um país são conceitos fundamentais e necessários para a sua continuação como tal. Além destes conceitos o conceito de cultura é no mínimo tão importante como estes outros. Sem uma cultura própria um povo de um país não tem identidade própria e pensa como estrangeiro, não valorizando a construção de seu passado, presente e futuro. O objetivo deste trabalho é tentar compreender a relação destes três conceitos fundamentais – Estado, cultura e defesa - através de uma análise histórica de sua interação no âmbito nacional e sob a influência da penetração ideológico-cultural norte-americana.

Para clarificar a relação entre cultura e educação se assume o seguinte:

[...] a educação é o meio de se adquirir conhecimento, e a cultura aquilo que, a par da educação, ou como seu complemento, nos oferece, além do conhecimento, a possibilidade de uma visão de mundo [...]. (MINDLIN, 2004, p. 14).

No que diz respeito à Defesa Nacional esta pode ser entendida como os instrumentos e meios para se obter a Segurança Nacional que, por sua vez, significa:

[...] uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças à sua sobrevivência e autonomia [...] e] estar seguro neste contexto significa viver num Estado que é capaz de neutralizar ameaças vitais através da negociação, da obtenção de informações sobre capacidades e intenções, através do uso de medidas extraordinárias e do leque de opções relativas ao emprego de força. (CEPIK, 2003, p. 139).

Na parte um deste trabalho será exposto como os norte-americanos utilizaram seus recursos materiais e culturais para obter o apoio brasileiro e alcançar seus objetivos estratégicos em três períodos históricos diferentes, a saber: a Segunda Guerra Mundial, na Guerra Fria e no pós-Guerra Fria. Na segunda parte deste trabalho se analisarão as relações entre a cultura e os objetivos e ações dos governos brasileiros dos mesmos períodos históricos mencionados. Na terceira e última parte deste trabalho se pretende descortinar os objetivos estratégicos norte-americanos, sua relação com a influência cultural que possui sobre o Brasil, as consequências disto para este e a relevância de se mudar a educação civil no Brasil.

Parte I – Estados Unidos e seu DOD: as relações entre cultura e defesa e a atuação no Brasil

1.1 – A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Nas décadas de 1930 e 1940 os norte-americanos atuaram diretamente no Brasil no sentido de cooptar pela influência cultural o apoio da opinião pública para a competição com o eixo na América Latina. Gerson Moura, na obra *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural Americana* tem justamente a hipótese de que o aumento da presença norte-americana no Brasil durante a Política da Boa Vizinhança (PBV) e seu enorme impacto obedeceram a um planejamento cuidadoso de penetração ideológica visando conquistar mercados e conquistar o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e não ao eixo.¹

Plenamente conscientes da influência do eixo e do papel estratégico da América Latina e do Brasil, os norte-americanos procuraram apagar a imagem negativa que havia permanecido de sua política do *big stick* justificada por Theodore Roosevelt pela idéia de que a nação mais “avançada” ou civilizada deveria levar a razão às demais. Com a mudança do *big stick* para a PBV o que mudou foram os meios, mas os objetivos da potência permaneceram os mesmos, a saber: 1- minimizar a presença européia na América Latina; 2- manter a liderança norte-americana no continente e 3- encorajar a estabilidade política no continente.²

Visando atingir tais objetivos os Estados Unidos adotaram a estratégia da penetração cultural e ideológica, em oposição a mais agressiva política do *big stick* do período anterior. Tal estratégia foi coordenada pelo *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics* ou simplesmente Birô, conforme Gerson Moura. O objetivo último do Birô era o de consolidar os Estados Unidos como grande potência. O Birô estava diretamente subordinado ao *Department of Defence* norte-americano (DOD). O Birô atuaria em diversas frentes como: rádio, imprensa, cinema, arte, música, literatura, publicações, intercâmbio e educação. Tal agência servia também como elemento aglutinador dos simpatizantes à causa norte-americana que atuavam de acordo

¹ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural Americana*. p. 11, 12.

² Ibidem. 14-18 passim.

com suas políticas e o financiavam. A filosofia criada pelo Birô e que o orientava era o panamericanismo, baseado nos ideais de liberdade, dignidade e democracia.³

As ações do Birô tiveram o aval do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do Estado Novo, principalmente a partir de 1941 quando se deu a mudança da Política Externa Brasileira em favor dos Estados Unidos. Assim “ganhar corações e mentes” era vital para o esforço de guerra norte-americano, para o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos de maneira que fosse viável tanto a vitória sobre o eixo como a legitimação da ampliação da hegemonia norte-americana. A política cultural norte-americana para o Brasil neste período também possibilitou a ampliação da conquista de mercados e a exportação do *american way of life*. Foi difundida também a visão de que o destino norte-americano é o de ser o país mais industrializado das Américas, os demais sendo complementares.⁴

1.2 – A Guerra Fria (1945-1989)

Assim como atuou no Brasil por ocasião da Segunda Guerra Mundial na frente cultural através do Birô, durante a Guerra Fria os Estados Unidos deram continuidade a seus programas, agora com ênfase na Europa Ocidental e operando a partir da CIA (*Central Intelligence Agency*). Uma das figuras importantes para a CIA de então era o agente Michael Josselson que protagonizou a campanha do “Congresso pela liberdade individual” e foi responsável pelas *covert operations* norte-americanas na Alemanha dividida. A CIA atuava através da cultura com o objetivo de conter o comunismo e defender os interesses norte-americanos no mundo, pontuados pelo objetivo maior de tornar realidade a “pax americana” ou o “século americano” no mundo. A Guerra Fria era uma “batalha pela conquista das mentes humanas”.⁵

As ações da CIA iam além de uma missão altruísta de luta pela liberdade contra os comunistas, mas sim se conformavam a uma guerra de propaganda e psicológica, visando influenciar o pensamento e ações dos oponentes. O conceito de guerra psicológica pode ser entendido como:

El uso planificado de la propaganda y otras actividades, excepto el combate, por parte de una nación, que comunican ideas e información con el

³ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural Americana*. 19-23 passim.

⁴ Ibidem. p. 50, 70, 76, 77.

⁵ SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la Guerra Fria cultural*. p. 13, 14.

propósito de influir en las opiniones, actitudes, emociones y comportamiento de grupos extranjeros, de manera que apoyen la consecución de los objetivos nacionales. (SAUNDERS, 2001, p. 17).

A posse do poder nuclear pelos norte-americanos fez a balança pender substancialmente para o seu lado, alterando o equilíbrio entre os dois oponentes e levou os soviéticos a utilizarem sua rede de propaganda ideológica montada desde a Revolução Russa para *covert operations*.⁶ Assim o General norte-americano Donovan (chefe da antiga OSS antecessora da CIA) percebera que houve logo após a Segunda Guerra Mundial:

[...] un sustancial incremento de la importancia de los métodos pacíficos. Nuestros inimigos se verán más libres que nunca para hacer propaganda, subvertir, sabotear y ejercer presión sobre nosotros, y por nuestra parte, estaremos más dispuestos a soportar estos ataques y a utilizar esos métodos – en nuestro deseo de evitar a toda costa la tragédia de la guerra declarada; las técnicas pacifistas se harán más vitales en épocas prebélicas de debilitamiento, en la guerra abierta real, y en épocas de manipulación posbélica. (SAUNDERS, 2001, p. 35).

1.3 – O pós-Guerra Fria

Conscientes dos resultados de sua influência cultural no decorrer do século XX, no pós-Guerra Fria os Estados Unidos investiram no incremento da produção e difusão em cinema, rádio e televisão mantendo sua estratégia de penetração ideológico-cultural para alcançar objetivos estratégicos na era da informação. Medidas que apontam nessa direção foram os investimentos em satélites de transmissão e na Internet de banda larga. Na década de 1990 a Internet se popularizou mundialmente, cresceu exponencialmente, juntamente com o número de computadores pessoais no mundo. Além da importância externa do *american way of life*, internamente a sua afirmação fora importante como meio de se manter o *status quo* de poder na sociedade norte-americana e da distribuição de riquezas.⁷

Clinton defendeu os “novos temas de Relações Internacionais”, como a luta contra o terrorismo, narcotráfico e pela defesa do meio-ambiente, tendo uma administração multilateralista. Na gestão de George W. Bush o uso do *soft power* esteve em declínio, mas não se deve esquecer que muito da estrutura e da guerra ideológica já fora conquistado no

⁶ SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la Guerra Fria cultural*. p. 34, 35.

⁷ MATOS, Heloísa. Brasil, mídia, futuro e o futuro da política. In: *Mídia, eleições e democracia*. p. 95-99 passim. São Paulo: Scritta, 1994.

século XX, assumindo uma postura unilateralista. Os Estados Unidos não deixaram de perseguir seus objetivos estratégicos no pós-Guerra Fria (o que veremos no subitem 3.1), o que mudou foram os meios para alcançá-los.⁸

Parte 2 – Defesa e cultura no Brasil

2.1 – Estado Novo (1937-1945)

Para Mônica Herz ideais como a democracia e a igualdade não foram incorporados à sociedade brasileira no período em questão. A modernização brasileira fora uma modernização imposta, caracterizada pelo “conservadorismo”, ou seja, liberalismo com tradicionalismo e intervencionismo. “No caso brasileiro, o mundo tradicional se articula com o liberalismo e é trazido a superfície pelo pensamento autoritário [...]” (HERZ, 1986, p. 26). A atuação estatal se confundiu com o paternalismo ou formas tradicionais de dominação no Brasil. O caráter nacional brasileiro é assim definido pela capacidade de exercer um poder paternalista e de exibir características de benevolência e cordialidade.⁹

Apesar da cultura ter tido um papel central no Estado Novo, esta passou a ser utilizada com a função específica de interpretar e difundir o padrão de poder e controle mencionado. Assim, com o objetivo de legitimar o novo regime e garantir sua continuidade foi criado o DIP (Departamento de Informação e Propaganda) em 1939. A busca do tradicionalismo e da identidade nacional deste regime refletia o desejo de dirimir conflitos através de elementos de coesão comuns.¹⁰

Nesse sentido é interessante observar como a diversidade é incorporada através da subordinação de casos particulares ao que Marilena Chauí chama de arquétipos [...] e] Assim a relação que o Estado novo estabelece com a cultura será norteadada pela busca do caráter nacional brasileiro, definido como homem pacífico, cordial e cristão além de estar habituado ao poder pessoal e paternalista. (HERZ, 1986, p. 29).

O problema de todo o planejamento em educação e cultura do Estado Novo era o componente ideológico de se manter no poder. Todos os processos que visassem o bem

⁸ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O Império e o Estado-nação hoje: uma História Comparada. In: COSTA, Darc; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Orgs.). *Mundo Latino e Mundialização*. p. 127-130 passim, 145-154 passim.

⁹ HERZ, Mônica. *Zé Carioca: o embaixador de duas caras*. p. 25, 26.

¹⁰ Ibidem. p. 27-29 passim.

público estavam antes impregnados com a necessidade de se reproduzir no poder através do projeto paternalista e do caráter nacional pacífico e cordial. Tal caráter permanece na sociedade brasileira de hoje:

Nossos sistemas escolares, aliás, têm concorrido, não para corrigir e, sim, para agravar esta falha da nossa formação social: nas nossas escolas temos procurado, sem dúvida, dar instrução à nossa mocidade, cultura geral ou especial; mas não nos temos preocupado nunca, a sério, em incutir-lhe, de maneira sistemática, planificada, nenhum sentido de vida coletiva, nenhuma idéia de sacrifício individual em favor do grupo, nenhum espírito de devoção à coletividade; em suma, nenhum princípio, hábito ou tradição de solidariedade social ou de cooperação. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 91, 92).

2.2 – Regime militar (1964-1985)

No regime militar brasileiro se deu marcha ao processo de modernização nacional que não se limitou à esfera econômica, pois houve também o avanço da modernização do brasileiro como indivíduo. O mercado cultural na sociedade brasileira teve aumentado sua dimensão e volume no que diz respeito ao número de pessoas que atingia em relação à década de 1930. Mais uma vez o desafio de integrar a população com as peculiaridades de um país como o Brasil se impôs. Neste período a integração nacional era questão de Segurança Nacional¹¹:

Ao definir a integridade nacional enquanto comunidade, o Manual da Escola Superior de Guerra retoma os ensinamentos de Durkheim e mostra a necessidade da cultura funcional como cimento de solidariedade orgânica da nação. A noção de integração, trabalhada pelo pensamento autoritário, serve assim de premissa a toda uma política que procura coordenar as diferenças, submetendo-as aos chamados Objetivos Nacionais. (ORTIZ, 1994, p. 82).

O poder da cultura como elemento de integração foi desenvolvido e utilizado de maneira subordinada aos objetivos de Segurança Nacional e ao controle estatal. Isto não é algo negativo em si se o controle não for pleno e o objetivo for realmente o da Segurança Nacional. A incorporação de todos os “brasis” culturais permanecia um problema. Segundo Ortiz a atuação estatal na área da cultura aumentou com a intensificação da regulamentação. Para este autor a censura foi a manifestação de todo o fenômeno mais

¹¹ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. p. 81, 82.

complexo das relações regime militar-cultura-poder. A censura na verdade desagradava aos grupos privados que trabalhavam junto com o regime militar para a difusão cultural e ideológica, bem como a sua manutenção era prejudicial, se em excesso, para a coesão cultural nacional desejada pelo regime.¹²

No que diz respeito a comparações com o Estado Novo, a ditadura militar o percebia como um regime fascista, com Getúlio sendo o Caudilho. Getúlio não representara as classes dominantes que representou o regime militar. Ao contrário do Estado Novo, o regime militar não procurou se afastar ideologicamente dos ideais da República Velha e do positivismo. Com isso também se defendeu o caráter nacional brasileiro, dentro da percepção de cultura como matéria de segurança nacional. Neste caso a questão se torna determinar se a concepção de cultura mais adequada para a realidade brasileira (que comporte todos os “brasis” e os mantenha coesos num projeto de educação que desenvolva o cidadão com qualidades diferentes do arquétipo do malandro).¹³

2.3 – Democracia (1985-atualidade)

No governo de José Sarney (1985-1990) se criou o Ministério da Cultura que tinha como ministro Celso Furtado. Nesse ministério ficaram centralizadas as atribuições dos diversos órgãos que existiam por ocasião do regime militar.¹⁴ A cultura neste período era vista como um conceito a ser socializado, cada aspecto da cultura brasileira deveria se expressar. A cultura também era vista como algo que serviria para o desenvolvimento econômico, algo que poderia gerar empregos, negócios e ser consumido. Com isso se teve a Lei Sarney de 1985, que instituiu o mecenato privado objetivando a possibilidade de todos expressarem sua cultura. A política cultural não tinha sido perfeitamente delineada, ficou a percepção da necessidade de se reformularem a relação entre Estado e cultura.¹⁵

No governo de Collor de Mello (1990-1992) não só se teve o fim do ministério da cultura, como também se teve o fim da Lei Sarney que previa incentivos fiscais para quem financiasse a cultura. Houve apenas a Secretaria da Cultura e a percepção geral de que a cultura ficara deveras abandonada. Com Itamar Franco (1992-1994), após o *impeachment*

¹² ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. p. 83, 84, 87-89 passim.

¹³ Ibidem. p. 98-101 passim.

¹⁴ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. In: *Tempo Social*, v. 15, n.2, 2003. p. 177-180 passim. p. 181.

¹⁵ SILVA, Terezinha Elisabeth. As regras do jogo: políticas culturais, do mecenato ao neoliberalismo. In: *Publicações Informação & Sociedade. Estudos*. v. 3, n. 1. p. 46-48 passim.

de Collor, se teve alguma recuperação quanto à regulamentação da cultura, pois Itamar criou a Lei do Audiovisual (1993) – similar a Lei Rouanet - com medidas para apoiar a produção cultural e recriou o Ministério da Cultura. A cultura e a educação foram tratadas de maneira menos próxima à lógica mercadológica, embora não com a intensidade do Estado Novo e do Regime Militar.¹⁶

No governo de FHC o ministro da cultura foi Francisco Weffort. Tinha-se a concepção de que associar cultura à idéia de nação era algo antiquado, bem como a necessidade de se financiar a cultura nacional. O foco das preocupações era a proteção dos direitos autorais e a repressão da pirataria. O neoliberalismo e a filosofia do livre mercado deveriam também permanecer na esfera cultural, com o mínimo de regulação estatal, a exemplo do que ocorria também na política econômica. Para Arruda a política cultural do Estado Novo, com Capanema a frente, por exemplo, foi o oposto do governo de FHC em muitos aspetos, pois conseguia preservar aspectos da cultura nacional, ou seja, a proteção da cultura brasileira.¹⁷

No governo Lula (2003-atualidade) assumiu Gilberto Gil no Ministério da Cultura, prometendo mudar a concepção de que a cultura deveria ficar submetida às leis do mercado, ou seja, o Estado teria uma maior atuação nas relações com a cultura. No entanto, o número de metas estabelecidas para políticas culturais no ministério de Gilberto Gil se constitui um problema, bem como a insuficiência no número de profissionais qualificados para atuar no ministério e na área de cultura nacional em todo o país. Outro grande problema é a ausência de uma “política nacional de financiamento da cultura”,¹⁸ em outras palavras, ainda é preciso melhor definir como o Estado se comporta em relação à cultura; em como interferir nesta área e na interação com a formação educacional dos alunos.

Parte 3 – As Forças Armadas, o *soft power* brasileiro e a educação nacional

3.1 – Os interesses norte-americanos e os brasileiros em perspectiva

A política externa norte-americana pode ser interpretada como um reflexo de sua condição hegemônica e de superpotência no pós-Guerra Fria. Bandeira menciona o

¹⁶ SIMIS, Anita. *Cinema e Política Cultural durante a ditadura e a democracia*. p. 9-12 passim.

¹⁷ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. In: *Tempo Social*, v. 15, n.2, 2003. p. 177-180 passim.

¹⁸ RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos*. p. 14-17 passim.

documento *Defence Planning Guidance* (DPG) de 1992, em que são listados os objetivos de política externa basilares dos EUA, a saber:

- 1- evitar a emergência de um novo rival (global);
- 2- impedir poderes regionais de dominarem regiões em que recursos pudessem levá-los a contestar a hegemonia global e regional norte-americana;
- 3- manter a liderança norte-americana contra competidores nas nações mais poderosas da Terra;
- 4- intervir em conflitos regionais para promover o respeito à lei internacional, limitando a violência, promovendo os princípios do liberalismo de mercado e expandindo as democracias;
- 5- impedir a proliferação de armas de destruição em massa;
- 6- dirimir ameaças de terrorismo aos norte-americanos;
- 7- dirimir a ameaça do narcotráfico à sociedade norte-americana;
- 8- defender o acesso norte-americano a fontes de matéria-prima. (BANDEIRA, 2005, p. 513, 514)

Em primeiro lugar os Estados Unidos dependem da penetração em outros mercados para o bom funcionamento da sua economia (item 4 da DPG), o que, para o Brasil, significa manter o neoliberalismo ou a filosofia do livre mercado em que os empreendimentos nacionais sucumbem ou são assimilados pelos estrangeiros, que possuem uma base mais forte em recursos tecnológicos e financeiros. O nível de poupança, o nível de lucros, a qualidade do sistema de ensino e o acúmulo de capital para aplicação em empreendimentos dos norte-americanos (sustentando níveis de crescimento em patamares positivos) estão vinculados ao nível de penetração em mercados estrangeiros de suas mercadorias, através de suas empresas multinacionais. A abertura pós-Consenso de Washington para o Brasil foi, segundo Bandeira, parte da *debt strategy* norte-americana para que “os Estados Unidos [...] atendessem à pressão dos exportadores americanos e transformassem em superávit seu déficit comercial com a região” (BANDEIRA, 2005, p. 520).¹⁹

Em segundo lugar, é objetivo da política externa norte-americana impedir o surgimento de novos rivais que possam desafiar sua hegemonia (itens 1, 2 e 3 da DPG) incontestada militarmente. Os seus objetivos são perseguidos paralelamente pelo *hard power* e pelo *soft power*.²⁰ Colocam-se as indagações: neste contexto, a cultura nacional não deve também ser percebida como algo prioritário e matéria de segurança nacional? O Brasil deve manter sua percepção de parceria estratégica com país? É positivo para o Brasil adotar paradigmas e planos de ação formulados em países desenvolvidos de contextos internos diferentes?

¹⁹ BANDEIRA, Moniz. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. p. 517-522 passim.

²⁰ Ibidem. p. 513, 514, 520.

3.2 – Conclusões e perspectivas

A partir da definição dada na introdução de Segurança Nacional, se levantam alguns problemas ou hipóteses, aplicáveis tanto por ocasião dos períodos estudados da como para o Brasil século XXI, decorrentes do projeto de poder paternalista e da influência ou dominação cultura estrangeira, a saber:

1. Falta de cultura estratégica nos dirigentes da sociedade decorrente da percepção de que os riscos externos são ausentes, com a conseqüente redução da capacidade militar brasileira que atende aos objetivos de potências estrangeiras;
2. A “norte-americanização” gradual presente no Brasil acaba por tornar obsoleta a concepção de Segurança e Defesa Nacionais, sendo gradualmente mais natural deixá-las a cargo do *hegemon*;
3. A educação brasileira na sua categoria pública, com problemas como a aprovação universal de alunos e, na educação civil em geral, a manutenção de uma concepção não-patriótica de formação cidadã, constituem uma ameaça à capacidade de defesa da nação e sua coesão interna em sua configuração atual. A educação na democracia deve voltar a ser prioridade estatal para a defesa da coesão nacional;
4. A falta de entrosamento interinstitucional (planejamento interministerial, por exemplo) no Brasil é negativo para a formação do cidadão brasileiro na etapa escolar;
5. Ausência de regulamentação governamental no que diz respeito à difusão dos símbolos, heróis e mitos nacionais na educação civil, bem como a atuação nas áreas de educação e cultura visando à criação do cidadão consciente e patriótico;
6. A segurança nacional brasileira, desde a Segunda Guerra Mundial, vem sendo ameaçada pela segurança norte-americana que funciona em nível sistêmico, operando através do vetor cultural, ideológico e educacional, exercendo o seu *soft power* para levar aos outros países a situações e ambientes estratégicos favoráveis ao mesmo.

Portanto, se justifica a mudança educacional nacional pra incluir noções como patriotismo e cidadania, similar ao ensino militar, mudando o caráter nacional adaptado ao modelo de poder paternalista do Estado Novo, por exemplo, conforme abordado no

subitem 2.1. Nos Estados Unidos isto já foi levado em conta desde finais do século XIX com os pensadores chamados por Huntington de neo-hamiltonianos. Entre os neo-hamiltonianos se tinha pensadores de origem militar, como Alfred Mahan e Leonard Wood, sendo o aspecto mais significativo de seu pensamento a combinação do pensamento militar e civil. É neste aspecto que são interessantes a este texto.²¹ O importante é que os neo-hamiltonianos “Eram solidários com os militares na ênfase dada à lealdade, ao dever, à responsabilidade e à subordinação dos interesses pessoais às exigências da nação.” (HUNTINGTON, 1996, p. 293). Não são justamente estes aspectos que faltam ao caráter nacional do brasileiro, tradicionalmente do malandro, se o que se deseja é um país forte e coeso? Wood reconhecia a necessidade de se desenvolver a virtude cívica em seu país, sendo que esta estaria condicionada às virtudes que tradicionalmente se defendia nas forças armadas²²:

[...] do patriotismo, da responsabilidade, da dedicação ao dever e do brio. [...] Queria combinar a instrução militar com uma educação mais ampla em cidadania e nos ideais do serviço nacional. Wood justificava a instrução militar obrigatória por seus benefícios políticos, educativos e morais. Daria sentido à cidadania e era o corolário lógico do sufrágio universal da humanidade. Reduziria o crime e melhoraria a eficiência econômica. Uniria o país formando um único espírito nacional a transcender diferenças, regionais, de classe, de grupo e de nacionalidade.” (HUNTINGTON, 1996, p. 301).

Não que o Brasil não tenha uma política cultural em que as Forças Armadas estejam envolvidas. Em verdade o Exército, por exemplo, possui clareza quanto às necessidades de um ensino voltado para a formação do cidadão patriótico. De acordo com o General Gilberto Barbosa Figueiredo o exército, em toda sua estrutura de ensino, procura contribuir para “a projeção da cultura militar no cenário brasileiro e internacional”²³, obedecendo às seguintes diretrizes:

1. Reverenciar os heróis e os símbolos nacionais, comemorar fatos históricos, cultivar as tradições militares e os valores morais, culturais e históricos do soldado brasileiro;
2. Preservar o patrimônio e o material ligados à história do Exército Brasileiro;
3. Estreitar o relacionamento cultural com entidades civis, nacionais e estrangeiras;

²¹ HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado*. p. 291-293 passim.

²² Ibidem. p. 298-301 passim.

²³ FIGUEIREDO, Gilberto Barbosa. Entrevista com o General Figueiredo. Entrevista concedida à: Paulo Roberto Rodrigues Teixeira (Redator-chefe). *Revista Da Cultura*. Ano II, número 3. p. 6.

4. Estimular o estudo e a divulgação da História Militar do Brasil;
5. Estimular o sentimento de civismo, de amor à Pátria e de orgulho nacional pelo Exército. (FIGUEIREDO, 2002, p. 6).

Funcionando como ponte destes valores para a sociedade está a Fundação Cultural do Exército, entidade civil e sem fins lucrativos que atua em diversos campos, como na educação e meio-ambiente visando atingir estes objetivos.²⁴ Como se viu nos Estados Unidos tais valores a muito estão incorporados no sistema educacional civil. Falta ao Brasil uma política cultural e educacional para a sociedade civil percebida como central para a Defesa Nacional e a própria existência da nação como tal, que incorpore estes valores, visando o melhor funcionamento da sociedade, maior coesão nacional e a diminuição do problema da corrupção. Bem como se abrirão duas outras possibilidades, a saber: ao afirmar o espírito brasileiro a de enfrentar a influência norte-americana que pretende manter a liderança continental, hemisférica e global para si, e de se utilizar o poder cultural e de convencimento brasileiro – o *soft power* – de maneira mais intensa e eficiente para os objetivos estratégicos brasileiros, como o de ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o de atuar em missões de paz no continente americano e o de ser líder dos sul-americanos e latino-americanos como um todo.

Bibliografia

ARRUDA, M. A. N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. **Tempo Social**. v. 15, n.2, pp. 177-193, 2003.

BANDEIRA, M. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, D.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (Orgs.). **Mundo Latino e Mundialização**. Rio de Janeiro: MAUAD: FAPERJ, 2004.

CEPIK, M. A. C. **Espionagem e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

²⁴ FIGUEIREDO, Gilberto Barbosa. Entrevista com o General Figueiredo. Entrevista concedida à: Paulo Roberto Rodrigues Teixeira (Redator-chefe). *Revista Da Cultura*. Ano II, número 3. p. 7.

FIGUEIREDO, G. B. Entrevista com o General Figueiredo. Entrevista concedida à Paulo Roberto Rodrigues Teixeira (Redator-chefe). **Revista Da Cultura**. Número 3. p. 6, ano II, 2002.

HERZ, M. **Zé Carioca: o embaixador de duas caras**. Relatório de pesquisa ao CNPq (bolsa de iniciação, de março de 1985 a fevereiro de 1986). Orientador: Gerson Moura.

HUNTINGTON, S. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

MATOS, H. Brasil, mídia, futuro e o futuro da política. In: **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

MINDLIN, J. E. Caminhos da Cultura brasileira. **Revista Da Cultura**. Número 6. pp. 12-17, Ano IV, 2004.

MOURA, G. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural Americana**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3, 2007. Salvador – Bahia. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – UFBA, 2007.

SAUNDERS, F. S. **La CIA y la Guerra Fria cultural**. Editora Debate: Madrid, 2001. Tradução de: *Who Paid the Piper? The CIA and the Cultural Cold War*. Tradução por: Rafael Fontes.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, T. E. As regras do jogo: políticas culturais, do mecenato ao neoliberalismo. **Publicações Informação & Sociedade. Estudos**: João Pessoa, v. 3, n. 1, pp. 42-52, 1993.

SIMIS, A. Cinema e Política Cultural durante a ditadura e a democracia. In: ENLEPICC - ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA, 5, 2005, Salvador.